

## AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS

### Introdução

A avaliação propriamente econômica de um projeto consiste na avaliação dos seus efeitos econômicos sobre a sociedade e não apenas sobre a unidade de produção que o implanta. Neste sentido, pode-se distinguir entre uma avaliação privada, a qual é centrada nos fluxos financeiros, e uma avaliação social, centrada nos efeitos econômicos, de um projeto.

No entanto, enquanto que para a avaliação privada (ou financeira) existe certo consenso sobre os métodos e procedimentos a serem utilizados, na avaliação econômica não há consenso sequer sobre os fundamentos teóricos que devem nortear a análise. Neste sentido, pode-se distinguir duas principais vertentes de análise, as quais estão baseadas em fundamentos teóricos distintos, a saber:

- O método de preços de referência
- O método dos efeitos

É importante salientar que a importância de um projeto para a sociedade pode envolver elementos dificilmente quantificáveis de um ponto de vista estritamente econômico (ou que simplesmente não podem sê-lo) como os efeitos sobre as condições de saúde da população, os efeitos sobre a sustentabilidade ecológica, etc. Nestes casos, em geral, são utilizados métodos de pontuação baseados essencialmente na comparação entre o projetado e o realizado. Na medida em os princípios metodológicos destes métodos são muito simples (apesar de extremamente polêmicos) e que cada organismo de financiamento tem o seu próprio sistema de pontuação, este assunto não será tratado nesta disciplina.

### 1. O Método dos Preços de Referência (DUFUMIER, 2007)

A maior parte das organizações de financiamento do desenvolvimento adota procedimentos baseados neste método. Fundamentalmente, o Método dos Preços de Referência (MPR) procura substituir os preços vigentes dos elementos de um projeto (produtos, insumos, taxas, etc.) por um preço que reflita de forma mais precisa o verdadeiro "valor" destes elementos para a sociedade.

#### 1.1. Fundamentos Teóricos

O cálculo dos preços de referência baseia-se sobre o princípio de que em um mercado em equilíbrio, os preços dos fatores de produção (incluindo nestes a mão-de-obra) são iguais à sua produtividade marginal, enquanto que o preço de um produto é igual à utilidade marginal para o consumidor. Como na prática tais preços são desconhecidos (em termos absolutos a utilidade não

pode ser medida, o mercado nunca se encontra em equilíbrio e, se se encontra, é praticamente impossível de se saber, etc.) vários expedientes são utilizados para que se possa estimá-los.

A fundamentação neoclássica dos métodos baseados em preços de referência é passível de muitas críticas. O principal problema é a noção de que "preços de mercado ideais" deveriam reger a escolha de projetos. De fato, em uma estrutura idealizada pela teoria neoclássica, o equilíbrio de mercado resulta de um funcionamento ótimo da economia, de modo que a produtividade marginal de cada fator de produção seja igual ao seu custo marginal, ou seja, ao seu preço. Assim, ao propor procedimentos para substituir os preços reais por preços que se aproximariam dos preços de equilíbrio (equivalentes à produtividade e ao custo marginais), os métodos baseados em preços de referência na verdade procuram efetuar uma avaliação dos projetos a partir de uma perspectiva de mercado (embora este seja explicitamente idealizado).

## 1.2. Procedimentos de análise

Três aspectos são fundamentais. Em primeiro lugar, é necessário que se distinga claramente os custos do projeto (insumos - fixos ou variáveis - inclusive mão-de-obra) das transferências de renda promovidas pelo mesmo (impostos e taxas fundamentalmente).

Em segundo lugar é importante distinguir insumos e produtos que podem ser comercializados internacionalmente (passíveis de importação ou exportação) daqueles que se destinam exclusivamente ao mercado interno. Para os produtos que não são exclusivos ao mercado interno se deve adotar os preços praticados no mercado internacional (preços "Free on Board" - FOB - para as exportações e "Cost, Insurance and Freight" - CIF - para as importações). Além disto, é necessário que se faça uma avaliação da taxa de câmbio vigente (muitas vezes controlada pelo Estado) em relação à taxa real (definida pelo mercado) para que se possa ponderar mais adequadamente o valor das exportações. Assim, um país com uma "penúria" de divisas geralmente apresenta taxas de câmbio estatais inferiores à do mercado, devendo-se, portanto, corrigida tais taxas para que os preços das exportações estejam mais próximos do seu verdadeiro valor para o país.

Enfim, é necessário avaliar a raridade relativa dos insumos e dos produtos, assim como do capital e da mão-de-obra. Quanto maior a escassez, maior deve ser o preço atribuído ao item em questão, conforme será discutido a seguir.

### 1.2.1. Preços de referência do capital

A raridade relativa do capital em uma economia é expressa pela taxa de juros. Assim, quanto mais raro o capital, maior o poder de barganha dos detentores de capital e, portanto, maior será a remuneração pelo seu empréstimo, isto é, maior será a taxa de juros.

Por outro lado, com uma taxa de juros elevada menos projetos se tornam viáveis, o que deixaria disponíveis mais recursos para o consumo, implicando em uma propensão ao consumo mais elevada de uma sociedade. Isto porque quanto maior a exigência em relação à remuneração do capital, menores serão as oportunidades de investimento, restando o consumo como alternativa. Se raciocinarmos de maneira inversa, quanto maior a propensão ao consumo, menos capital estará disponível para investimentos, o que resulta em uma taxa de juros mais elevada. Por outro lado, do ponto de vista macroeconômico, considerando uma taxa de juros geral para toda a economia, é importante observar que boa parte do consumo é realizada por meio de compras a crédito, assim como a aquisição de insumos para a produção. Isto faz com que uma taxa de juros maior retraia tanto o consumo como a própria atividade econômica. Assim, a atribuição de uma taxa de juros baseada em uma estimativa da raridade do capital é uma operação extremamente delicada, pois não existem critérios objetivos para a realização desta estimativa. Na verdade, tal "estimativa" depende, sobretudo, de decisões de política econômica (e da capacidade do Estado de sustentá-las) relativas à escolha entre favorecer o consumo no presente em detrimento do investimento, o que resultaria em fixar taxas mais elevadas para projetos individuais. Ou, ao contrário, favorecer o investimento em detrimento do consumo no presente (que possibilitaria um consumo futuro mais elevado caso existam alternativas de investimento viáveis), adotando taxas de juros mais baixas para a seleção de projetos individuais.

Isto implica que a escolha de uma taxa "econômica" de atualização de um projeto, a partir do método dos preços de referência seja extremamente delicada, cada organismo definindo seus próprios procedimentos.

### 1.2.2. Preços de referência da mão-de-obra

O custo da mão-de-obra em um projeto avaliado pelo método de referência deve refletir o seu preço considerando a coletividade como um todo. Dois critérios são normalmente adotados:

- o grau de raridade relativa da mão-de-obra (indicado pelo nível de desemprego);
- das perdas relacionadas ao emprego de mão-de-obra, considerando o seu grau de qualificação e a sua inserção no mercado de trabalho, devido à implantação do projeto.

1.2.3. Preços de referência dos bens e serviços consumidos e produzidos pelo projeto.

1.2.3.1. Bens consumidos importados = preço CIF

1.2.3.2. Bens produzidos exportados = preço FOB

1.2.3.3. Bens produzidos substituindo importações = preço CIF

1.2.3.4. Bens comprados no mercado local susceptíveis de serem importados = preço CIF

1.2.3.5. Bens comprados no mercado local não susceptíveis de serem importados = preço praticado no mercado interno.

1.2.4. Preços de referência de divisas

Os preços CIF e FOB utilizados anteriormente devem ser ajustados por uma "taxa de cambio de referência", a qual normalmente é distinta da taxa de câmbio oficial. Esta taxa pode ser estimada a partir do "cambio negro" (ou do "mercado paralelo"...).

2. O Método dos Efeitos (DUFUMIER, 2007)

Fundamentalmente, o Método dos Efeitos procura medir as vantagens (e as desvantagens) de um projeto através dos seus efeitos sobre a sociedade. Embora este Método não se restrinja apenas aos aspectos econômicos quantificáveis de um projeto, sob este ponto de vista, ele utiliza como medida o valor agregado pelo projeto e os seus efeitos sobre a repartição deste valor agregado.

2.1. Fundamentação teórica

Embora se possa identificar o Método dos Efeitos com uma abordagem baseada na em uma interpretação marxista e keynesiana da economia, tal filiação raramente é assumida pelos autores que o propõe. Na verdade as referências sobre este método são bastante raras, sendo o Método dos Preços de Referência amplamente dominante na literatura.

2.2. Os efeitos de um projeto

Efeitos Diretos: valor agregado diretamente pelo projeto

Efeitos Indiretos: valor agregado pelos setores a montante e a jusante do projeto

Efeitos Induzidos: valor agregado proveniente do gasto das rendas geradas pelo projeto.

2.3. Procedimentos

2.3.1. Efeitos diretos e indiretos

O método dos efeitos normalmente está associado aos efeitos diretos e indiretos do projeto. Neste sentido a análise do projeto é efetuada a partir de uma medida do valor agregado, aos preços vigentes, ao longo da cadeia produtiva à qual pertence a atividade proposta pelo projeto (no caso de mais de uma atividade, todas as cadeias produtivas relacionadas às atividades devem ser analisadas).

### 2.3.2. Efeitos diretos, indiretos e induzidos

Enfim, um procedimento mais completo consiste analisar os efeitos macroeconômicos do projeto a partir da elaboração de modelos de demanda agregada. Neste caso, o a análise do projeto inclui, além dos efeitos diretos e indiretos, também os efeitos econômicos induzidos da(s) atividade(s) proposta(s) pelo projeto. Um aspecto importante deste tipo de análise é que ele pode levar em consideração os efeitos da distribuição da renda e da variação da população presente na região (SILVA NETO; FIGUEIREDO, 2009).

## 3. Importância da Análise Econômica de Projetos

Embora a imprecisão dos cálculos não permita um elevado poder discriminante desta análise, a aplicação dos seus princípios é extremamente importante em muitos casos (ou tipos de projetos) em que as vantagens e as desvantagens econômicas podem ser evidenciadas mesmo a partir de cálculos sumários.

Os exemplos em que uma análise econômica, mesmo que grosseira, seria de grande importância para o auxílio à decisão entre realizar ou não um projeto são abundantes, especialmente quando se trata de projetos para a promoção de grandes mudanças tecnológicas da agricultura (assim como de projetos de desenvolvimento rural) em países não industrializados.

### Referências bibliográficas

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola**. Manual para especialistas. Salvador, EDUFBA, 2007.

SILVA NETO, B.; FIGUEIREDO, J. W. Agricultura, população e dinâmica macroeconômica de municípios rurais: um estudo em Lagoa dos Três Cantos (RS). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, p. 857-882, 2009.